

CORREIO PAULISTANO

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



Cris Monteiro (NOVO) propõe rigidez na fiscalização

Fiscalização de conteúdos antissemitas avança na CCJ

Na reunião desta quarta-feira (18), a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa) da Câmara Municipal de São Paulo discutiu uma pauta com projetos de lei de vereadoras e vereadores da Casa. Além disso, o colegiado também aprovou requerimentos. Entre as propostas que receberam aval da comissão, está o PL (Projeto de Lei) 799/2025. A matéria da vereadora Cris Monteiro (NOVO) propõe rigidez na fiscalização de conteúdos com manifestações antissemitistas em espaços públicos, redes sociais e em prédios privados na capital paulista. A parlamentar sugere punições e vedação para expressões que defendam a eliminação do Estado de Israel – por exemplo, a frase “Palestina livre do Rio ao Mar”.

Remoção imediata de conteúdos

O texto também torna obrigatória a remoção imediata de materiais com material considerado antissemita pela administração pública. O projeto também autoriza o monitoramento por câmeras de vigilância para identificar autores das manifestações. O descumprimento poderá gerar como multas e o encaminhamento automático das denúncias ao MP para apuração de crimes de racismo ou injúria racial, que são considerados crimes inafiançáveis.

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Alessandro Guedes (PT) pede uma Audiência Pública

Piscinão no Capão Redondo

A Comissão de Finanças e Orçamento reuniu-se, na última quarta-feira (18), para analisar uma pauta com 10 itens. Entre os que foram aprovados está um requerimento de informações para a Secretaria Municipal da Saúde sobre os termos aditivos do Plano Orçamentário, dos contratos de gestão da rede assistencial das supervições técnicas da pasta. Também recebeu aval o requerimento do vereador Alessandro Guedes (PT), para a realização de uma Audiência Pública sobre o andamento das obras de implementação do piscinão do Capão Redondo.

Piscinão por R\$ 179 milhões em 2015

O presidente da Comissão, vereador João Ananias falou sobre o assunto. “Um piscinão que a gente sabe que traz muitos transtornos a população quando chove. É importante que a gente verifique como está o andamento desse piscinão que foi aprovado em R\$ 179 milhões em 2015, era para ter sido implantado em 36 meses e até o momento não houve a implementação”.

Política Urbana I

Nesta quarta-feira (18/3), a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de SP aprovou o parecer de um PL (Projeto de Lei) e dois requerimentos. Um dos documentos aprovados pede a realização de Audiência Pública sobre a proposta do “Boulevard São João”.

Política Urbana II

Conhecido popularmente como “Times Square Paulistana”, o projeto da Prefeitura – que atualmente passa por uma consulta pública – prevê a requalificação da Av. São João, no centro da capital, por meio de parcerias com a iniciativa privada para a instalação de painéis luminosos e a valorização de edifícios.

Congonhas I

Um requerimento de Rubinho Nunes solicita uma Audiência Pública para discutir o sistema viário no entorno do Aeroporto de Congonhas. A iniciativa surge por reclamações de motoristas de apps, que relatam prejuízos por causa das obras e o impacto das obras realizadas pela concessionária do Aeroporto.

Congonhas II

“Nós temos obras sendo realizadas pela concessionária do Aeroporto de Congonhas; são intervenções que impactam o viário e têm prejudicado muito o trabalho dos motoristas de aplicativos, como o pessoal do Uber e da 99. Recebi a associação de motoristas, que trouxe essa reclamação”, concluiu o pres. da Comissão, Rubinho Nunes (UNIÃO).

Saúde I

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo realizou na última quarta-feira (18) uma Audiência Pública sobre a prestação de contas das ações e da execução orçamentária exclusiva da Secretaria Municipal da Saúde em 2025. O período se refere ao 3º quadrimestre.

Saúde II

Além da pasta de Saúde, parlamentares e a população participaram do encontro. O secretário Luiz Carlos Zamarco compareceu à Câmara e respondeu questionamentos sobre a gestão financeira. Entre setembro e dezembro, as receitas ficaram em R\$ 76,3 bilhões, sendo que R\$ 67,4 bilhões de impostos.



Obra da Sabesp que está sendo realizada na ETE São Miguel

CPI escuta empresa sobre obra em esgoto

Comissão apura impacto de obra da Sabesp em enchentes locais

Da Redação

A CPI Pantanal da Câmara Municipal de São Paulo realizou, nesta quinta-feira (19), mais uma oitiva para apurar possíveis causas e agravantes das enchentes registradas no bairro localizado na zona leste da capital. Na reunião, os vereadores ouviram o diretor comercial da construtora Passarelli, Cesar Luiz da Mota Laragnoit.

A empresa é responsável pela execução de intervenções na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) São Miguel, unidade operada pela Sabesp. A obra, que deve ser concluída até o fim deste ano de 2026, consiste na modernização da estrutura já existente, com o objetivo de melhorar o desempenho do sistema de tratamento.

Durante a oitiva, o representante da construtora explicou que as intervenções envolvem uma série de melhorias em diferentes pontos da estação. Segundo ele, o projeto tem como foco ampliar a eficiência operacional da unidade. Os parlamentares, no entanto, buscaram esclarecer de que forma essas obras podem impactar o cenário de alagamentos recorrentes na região da Zona Leste.

O presidente da CPI, vereador Alessandro Guedes, destacou a preocupação do colegiado com a possibilidade de a estação contribuir para o agravamen-

to das enchentes na região. Ele apontou que, em períodos de cheia, há dúvidas sobre o comportamento do sistema e eventual lançamento de esgoto em cursos d'água da cidade.

Já a vice-presidente da comissão, Marina Bragante, avaliou que ainda há pontos a serem esclarecidos junto à Sabesp. Segundo ela, as respostas apresentadas anteriormente pela companhia não foram suficientes, o que pode levar a uma nova convocação de representantes da empresa para prestar esclarecimentos adicionais.

Requerimentos aprovados

Além da oitiva, os vereadores aprovaram seis requerimentos solicitando informações técnicas e esclarecimentos a diferentes órgãos públicos. Entre os destinatários estão a Cetesb, a própria Sabesp e secretarias municipais, como as pastas do Verde e Meio Ambiente, da Saúde e das Subprefeituras.

Também participaram da reunião os vereadores Sonaira Fernandes e Silvão Leite.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Jardim Pantanal mantém ainda um canal aberto para receber contribuições da população de São Paulo. Moradores podem encaminhar relatos e informações sobre o que têm vivenciado por meio do portal oficial da Câmara.